



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais.

A VIA PASSIVA DA FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO

ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA¹
CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES²

Resumo: O presente trabalho refere-se à pesquisa de Mestrado em andamento que tem como objetivo principal analisar a particularidade da formação do Estado burguês Brasileiro, verificando se esse processo caracteriza-se pelo conceito gramsciano de revolução passiva. Essa pesquisa baseia-se na perspectiva crítica de análise da realidade, possui o caráter qualitativo e de tipo bibliográfica. A partir das aproximações ao objeto supomos que, o processo de constituição de um Estado burguês no Brasil, por meio de uma modernização pelo alto, desdobra-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos, com uma crescente desorganização desses últimos.

Palavras-chave: Estado; Revolução Passiva; Capitalismo Brasileiro.

Abstract: The present work refers to the research of Master in progress whose main objective is to analyze the particularity of the formation of the Brazilian bourgeois state, verifying if this process is characterized by the Gramscian concept of passive revolution. This research is based on the critical perspective of reality analysis, has a qualitative and bibliographic type. From the approximations to the object we suppose that the process of constitution of a bourgeois state in Brazil, through a modernization from above, unfolds in the relation that happens to be established between the ruling class and the subalterns, with a growing disorganization of the latter.

Keywords: State; Passive Revolution; Brazilian Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET), vinculado ao Mestrado em Serviço Social da UFPB,³ intitulada *Revolução Passiva e Estado Capitalista: uma análise gramsciana do caso Brasileiro nos anos 1930-1945*. Partimos do pressuposto que o Estado capitalista que se molda no Brasil a partir de 1930 revela os elementos de um processo decorrente de uma revolução passiva, isto é, de uma revolução burguesa pelo alto.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <karolns10@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

³ Em interface com o Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político de Antônio Gramsci, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB.

Esse estudo concentra esforços em compreender a problemática da formação do Estado burguês na particularidade brasileira. A partir das análises de uma constituição não-clássica, considerar-se-á os debates travados em torno desse tema entre os estudiosos da formação social brasileira que estão alinhados a vertente crítica de análise da realidade.

A explicação desse processo será guiada pela categoria revolução passiva, desenvolvida nos *Cadernos do Cárcere*, entre o conjunto de notas escritas pelo comunista sardo, Antônio Gramsci⁴. A sistematização em torno desse tema concentra-se principalmente no *Caderno 19* (1934-35)⁵, no qual aborda de maneira mais detalhada o processo do *Risorgimento Italiano*.

Cabe esclarecer que a referida categoria não é utilizada de maneira aleatória, estabelece-se as devidas mediações, em razão das semelhanças entre as duas nações, tanto no tocante a condição da revolução burguesa realizada, quanto no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o que se considera como um processo de revolução passiva é a ascensão da burguesia ao poder do Estado sem passar por um processo revolucionário que altere hermeticamente as bases do modo de produção.

Portanto, nas páginas que se seguem, iremos abordar parte do nosso objeto de estudo, cujo objetivo nesse trabalho consiste em fazer uma leitura da singularidade desse momento da constituição do Estado burguês Brasileiro, retomando elementos que já foram analisados outrora por estudiosos da formação social Brasileira e evidenciando os possíveis aspectos que ficaram obscuros.

2. Elementos para compreender a revolução passiva em Gramsci

A temática do *Risorgimento Italiano* colocava-se como uma das grandes problemáticas de estudo para Gramsci, no seu esquema de temas de interesse no cárcere fascista. Importava ao italiano marxista estudar as relações que possibilitaram o desenvolvimento da burguesia italiana até 1870, sendo esta também uma das temáticas mais tardias das que foram trabalhadas.

No período que antecede a unificação da península italiana, já era possível visualizar a movimentação dos elementos históricos externos e também nacionais que culminam em tal acontecimento. Considerando essa construção como um processo, que não ocorre de maneira abrupta, faz-se necessário entender o jogo de forças envolvidas, os interesses e as influências.

⁴ Antônio Gramsci (1891-1937) era militante do Partido Comunista Italiano, foi preso político do regime fascista, com a ascensão de Mussolini ao poder. Foi preso em 1926, mas apesar da condição carcerária e da censura, recebeu autorização para escrever. Utilizou um total de 33 cadernos escolares, de tipo capa dura (divididos metodologicamente pelo próprio Gramsci em 17 Cadernos Especiais, 12 Miscelâneos e 4 de tradução), sendo que essas anotações atingem, aproximadamente, 2.500 páginas impressas.

⁵ A datação dos *Cadernos* que aparece ao longo desse trabalho está baseada no índice remissivo, conforme a proposta de G.Francioni, que integra o volume 6 da Edição Brasileira. Com base nos estudos filológicos (método de estudo proposto pelo próprio Gramsci), a indicação bibliográfica segue o formato: o número do Caderno será subsequente a indicação da letra "C" e o parágrafo será a numeração correspondente ao símbolo "S".

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da elaboração de Vincenzo Cuoco, que interpretou a revolução napolitana de 1799 como um processo de revolução passiva, considerando que esse processo revolucionário teria sido provocado por acontecimentos externos, a exemplo da revolução francesa e as guerras napoleônicas. Em Gramsci o conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação não apenas para a denominada Era do *Risorgimento*, mas também para uma “[...] época complexa de transformações históricas.” (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331)

Cabe ainda destacar que na elaboração desse conceito, Gramsci se apropria da concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet (1803-1875)⁶, uma vez que considera que a cada período de expansão, a revolução passiva é acompanhada de um movimento de retração. Nesse sentido, o conceito aparece nas notas dos *Cadernos* associado a pares conceituais dialéticos que expressam uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, CC 19, §24, p.63)

Percebe-se a partir das notas carcerárias redigidas pelo comunista sardo, que existem dois elementos principais da revolução, um deles é a restauração e o outro é a inovação. Para Gramsci esses elementos se caracterizam como uma dialética histórica, diferentemente da dialética de Croce⁷ (chave positiva da revolução passiva)⁸.

No CC 4 § 57 percebe-se que Gramsci compreende o conceito de revolução passiva de Cuoco a partir das influências de eventos internacionais para a revolução Italiana. Desse modo, coloca-se a possibilidade de analisar outros Estados que se modernizaram sem passar por um processo revolucionário de tipo jacobino, embora aconteçam movimentos internos não alcançam uma alteração estrutural. Desse modo, serve como “[...] critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC15, § 62, p.332).

Nesse sentido, pode-se dizer que em Gramsci a reformulação do conceito assume uma amplitude maior, possibilitando a leitura de acontecimentos a nível mundial. Uma vez que, apesar do *Risorgimento* ter acontecido na particularidade do Estado Italiano, simultaneamente ao momento da unificação do Estado nacional, ocorreram processos semelhantes em outros Estados nacionais por influência das guerras napoleônicas na França.

Tendo em vista que a França influenciou o movimento de organização das forças nacionais Italianas para o seu processo revolucionário, pode-se dizer que esse tipo de revolução passiva na Itália só tornou-se possível em

⁶ A associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e o de revolução restauração de Quinet, aparece na edição Italiana de Valentino Guerratana nos *Quaderni* 8, §25, p.957.

⁷ “Partindo da perspectiva da ‘dialética dos distintos’ Croceana, o conceito de revolução passiva ou ‘revolução-restauração’ é considerado enquanto síntese da conciliação de dois momentos: o da tese e o da antítese. Sendo que a tese é conservada na síntese. Desse modo, o momento da conciliação seria a base para a concepção de revolução-restauração, para Gramsci. Então, a revolução sem revolução é o movimento por meio do qual a sociedade muda ao longo da história, prescindindo o momento da luta, por meio de conciliações pelo alto.” (NOGUEIRA, 2017, p.27-28)

⁸ Pode-se dizer que a concepção positiva relacionava-se a uma leitura do processo de revolução passiva com base na concepção liberal, segundo a qual considera o elemento histórico de forma mecânica e não como uma referência.

razão da modernização dos Estados Europeus ter acontecido no mesmo período da restauração Francesa. Uma vez que

[...] o período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. (GRAMSCI, CC 10, §61, p.426).

Compreende-se que, a Restauração nesse momento cumpre o papel de um certo envoltório político que permite a modificação das relações sociais fundamentais na Itália sem uma ruptura com as velhas classes dominantes. Estas por sua vez, sob uma nova aparência, são responsáveis pela direção do processo de modernização do Estado. Desenvolve-se novas relações políticas, conformando um novo Estado através do reformismo.

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva, Gramsci diz “[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática” (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329).

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

[...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, §24, p. 63).

Numa via contrária aos outros países que já haviam passado por esse processo, como é o caso da França que teve como protagonista principal o elemento da efervescência popular, elemento unitário, esse fator esteve ausente na Itália. Desse modo, as alianças que pouco se estabeleceram com a população ocorreram quando o poder já estava ocupado.

A partir de 1870 o processo histórico da revolução passiva passa a ser relacionado ao transformismo, conforme é descrito nos escritos carcerários, mais especificamente no CC 10 §12, “[...] transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para frente”. Gramsci ainda aponta no CC19 §36 esse processo como uma das formas históricas da revolução passiva, referente ao movimento de formação do Estado moderno Italiano.

Nesse contexto, os Moderados possuíam uma direção mais consolidada e homogênea do que o Partido de Ação, sofrendo oscilação limitada na sua

direção. Contraditoriamente, o Partido de Ação apresentava-se com uma direção que oscilava conforme os interesses dos Moderados, pois não contava com o apoio de classes históricas.

A fase original do fenômeno denominado de transformismo ocorreu com o momento da passagem de elementos novos do Partido de Ação para o Cavourismo, após 1848⁹, resultando na modificação da composição das forças moderadas. (GRAMSCI, CC 15, §11, p.317). Isso expressa o momento da unificação dos partidos do *Risorgimento*.

Gramsci realiza uma divisão desse processo em dois períodos: 1) 1860-1900, caracterizado como o transformismo molecular, com a passagem de personalidades individuais do Partido de Ação para os Moderados. 2) A partir de 1900, marcado pela passagem de grupos inteiros ao campo dos Moderados. Entre esses dois períodos, ainda considera-se um período intermediário, que vai de 1890 à 1900, quando uma massa de intelectuais adere aos partidos de esquerda, que na verdade eram democráticos.

Portanto, com esforço de síntese, é possível elencar algumas características consideradas fundamentais para uma melhor elucidação da revolução passiva: 1) movimento marcado pela ausência de uma iniciativa popular unitária, não implica uma total eliminação das movimentações nacionais, mas estas são eventuais, ou seja, o elemento jacobino é ausente; 2) O desenvolvimento italiano acontece como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das massas populares. De modo que o impulso a modernização é simultâneo à reação; 3) Nos períodos das restaurações, que acolhem certa parte das exigências que vem de baixo (e por isso, são caracterizadas por Gramsci como restaurações progressistas), percebe-se o atendimento de alguns dos interesses dos subalternos.

Faz-se necessário destacar também a estrutura econômica nacional que se desenvolve na Itália a partir das relações internacionais, embora se coloque de maneira desfavorável quando comparado o fator econômico dos países de capitalismo central. Nesse sentido, Gramsci indica que,

[...] É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões internas. (GRAMSCI, CC 19, §7, p. 45)

Desse modo, na passagem para a economia moderna, o capitalismo não se desenvolve de forma única em toda a península da Itália, mas contraditoriamente, assume manifestações particulares no tocante as regiões.

⁹ Nesse período, o Partido de Ação era liderado por Giuseppe Mazzini (1805-1872), que havia proposto uma solução republicana unitária contra a estratégia do monarca Camillo Benso di Cavour (1810-1861), principal líder do Partido Moderado. Nesse embate, houve uma modificação progressiva na composição anterior das forças dos moderados devido a entrada dos novos elementos do Partido de Ação. Assim, o Partido dos Moderados ficou caracterizado como Cavourismo em referência ao seu principal líder, Cavour.

A desigualdade se evidencia entre o norte industrial e o Sul Campesino e Rural.

O que se evidencia nos escritos de Gramsci é a manifestação da revolução passiva e a abrangência que a mesma pode assumir nas realidades internacionais. Também pode-se destacar o movimento dialético e simultâneo das formações econômicas capitalistas e os elementos políticos da revolução passiva, ao passo em que estes últimos se implementam, altera reformisticamente o plano de produção.

A partir das análises realizadas no tocante ao processo de desenvolvimento do capitalismo, têm-se observado que em geral, com ressalvas em alguns casos, os países que passaram por um processo de revolução passiva estão submetidos a uma relação de dependência econômica que configura uma forma particular de configuração do capitalismo.

Portanto, dada a possibilidade de analisar sob à luz da categoria revolução passiva o processo de constituição do Estado em outros países, que possuem uma realidade econômica e social semelhante a Itália, esse estudo volta-se para a singularidade da formação do Estado burguês Brasileiro.

3. O caráter passivo da revolução burguesa brasileira

Com o objetivo de extrair da realidade as determinações e as contradições que permitam capturar o fenômeno do problema investigado nessa pesquisa, partimos da hipótese de que, a partir da Revolução de 1930 as alianças de classe realizadas entre as grandes oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial caracterizou-se como uma revolução passiva. Esse movimento serviu como uma estratégia de manutenção da hegemonia e em decorrência desse processo houve uma crescente desorganização das classes subalternas, conformando a relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse sentido, as discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina (no sentido mais erudito do termo), apresentam-se como consenso na literatura que se produziu com o objetivo de compreender a formação social brasileira desde o século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento criou uma Burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

O que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013), o que acontece no processo decorrente da crise de 1929 e que desencadeia com a revolução em 1930 é uma crise de hegemonia. Desse modo,

[...] estabelecendo-se o chamado “Estado de compromisso”, que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de

classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e **estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento.** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Nesse sentido, é válido destacar que há uma controvérsia nas interpretações dos autores brasileiros acerca da década de início desse processo, como também no tocante a relação da burguesia industrial com o setor agrárioexportador.

[...] Em que pesem as diversas e contraditórias interpretações acerca do golpe de 1930, cabe reconhecer que a orientação política já nos primeiros anos daquela década primou pelo fortalecimento do setor industrial à medida que subordinou os interesses do setor agro-exportador à necessidade de um novo ordenamento jurídico-institucional que garantisse tempos pacíficos para a reprodução do capital.[...] O movimento de 1930 não foi exclusivamente uma saída política para o esgotamento do modelo oligárquico, mas, também, uma resposta contra a ascensão das classes trabalhadoras.(DIAS e BOSI, 2005, p.50)

Nesse sentido, no processo decorrente da Revolução de 1930 há um predomínio da nascente burguesia industrial sobre as oligarquias agrárias, sem que estas sejam extirpadas do poder. Apesar do leque de discussões que tem sido realizado em torno desse momento histórico, esse aspecto se apresenta como o mais relevante nas análises do caso Brasileiro.

A partir dos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram para interpretar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passando a utilizar como aporte teórico as elaborações de Lênin e de Gramsci. As fórmulas explicativas utilizadas para os casos da Rússia e da Itália, respectivamente, sob a denominação de “via prussiana” e de “revolução passiva”, ofereceram os subsídios para a explicação da transição para o capitalismo pela “via não-clássica¹⁰”. Trata-se de fértil debate teórico e histórico sobre o conceito de capitalismo tardio.

Por via prussiana entenda-se o processo por meio do qual,

conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga “superestrutura”; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate

¹⁰ Entende-se por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado pela realização de uma reforma agrária. Entre os estudos sobre a realidade brasileira, nesse período, essas categorias se apresentavam conjuntamente nas análises de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamentários de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas (LÊNIN, 1982, p. 10)

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e exclui as camadas populares.

Com esforço de síntese no que se refere às categorias de via prussiana e via passiva, Coutinho (1988) indica que a chave de explicação pela “via-prussiana” se detém aos aspectos da infraestrutura e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura. Enquanto a via passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo.¹¹

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de transição da república velha (1889-1930) no Brasil, aconteceu conservando as velhas oligarquias no poder, de modo que a burguesia emergente não rompe estruturalmente do ponto de vista das classes hegemônicas. O que se coloca como elemento fulcral desse estudo é o pacto de classes que se realiza no movimento “revolucionário” de 1930 e que resulta na consolidação do Estado burguês. Em outros termos,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema. Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade (OLIVEIRA, 2006, p.63).

A estrutura econômica arcaica brasileira reflete nas novas formas de trabalho perpetuando a mão de obra barata, necessária para o aumento dos

¹¹ Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo “[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da ‘filologia’ e não da especulação.” (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296). Desse modo, por superestrutura compreende-se que “[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por ‘partenogênese’, mas pela intervenção do elemento ‘masculino’ – a história- a atividade revolucionária que cria o ‘novo homem, isto é, novas relações sociais” (GRAMSCI, 2011, p.195)

lucros e o “novo” modo de produção vai se fundamentando nessas contradições. Esse movimento dialético entre o arcaico e o moderno que conforma uma das controvérsias nelvrágicas da sociedade brasileira, com uma formação sócio-histórica marcadamente particular em relação aos países de capitalismo central.¹²

Nos Estados que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como “revolução passiva” - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, ela desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional.

Nesse sentido, para compreender as particularidades do processo que resultou na composição de um Estado burguês no Brasil, coloca-se como prerrogativa o estabelecimento das mediações necessárias que configuram tal quadro e não uma leitura mecânica dos acontecimentos nacionais. A exemplo disso é importante considerar as relações políticas fragilizadas que se constituem e se perpetuam.

Nas *Teses sobre o Brasil moderno* (2004), Otavio Ianni destaca que as interpretações disponíveis sobre o pensamento social no Brasil¹³ tendem a priorizar um setor da sociedade ou “[...] formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional” (IANNI, 2004, p. 41). Adverte como uma das interpretações recorrentes, aquela que entende o Estado como demiurgo da sociedade, aonde a sociedade civil aparece como um subproduto, pouco organizada ou, na acepção gramsciana, gelatinosa. Entre tais intérpretes, figuram desde arrogantes, “com inflexões fascistas”, até os que reconhecem a dinâmica das forças sociais subalternas.¹⁴ Explica,

Inspiram-se no modelo jurídico-político europeu de Estado-nação, com influências americanas (liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania): Essa é a visão da história de boa parte das ‘elites’ deliberantes e governantes, visão esta na qual está implícita ou explícita a ideia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo (IANNI, 2004, p. 44).

Os estudos sobre a realidade Brasileira apontam que a modernização do Estado, por meio da qual se configurou efetivamente um Estado burguês, ocorreu mediante um processo histórico e dialético entre a permanência e a mudança. Isso implica que, do ponto de vista político e das relações sociais decorrentes desse acontecimento, remete a uma interpretação gramsciana da

¹² Esses elementos são opostos aos ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade que se proclamava na revolução burguesa clássica da França em 1789.

¹³ Inspirados nos escritos de Caio Prado Júnior, aparecem Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, além de escritores como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Graciliano Ramos.

¹⁴ Nessa linha de pensamento, segundo o autor, podem ser identificados Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos, Hélio Jaguaribe, Bolívar Lamounier, entre outros.

revolução burguesa brasileira como revolução passiva, a exemplo do caso da Itália no período do *Risorgimento* Italiano.¹⁵

Desse modo, uma leitura do Brasil será subsidiada pela via passiva, uma vez que tal categoria qualifica um tipo específico de revolução burguesa, marcada pela ausência de iniciativa popular. Uma vez que se tem percebido esse tipo de revolução acontecer com mais frequência no que se convencionou chamar de periferia do capitalismo.

A conjuntura do período entre 1930-45 no Brasil é marcada por essa conformação, com a consolidação do Estado novo e o processo de industrialização da economia. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

No estudo das relações entre Estado e Sociedade Civil e suas interrelações de poder, a interpretação marxista mais fecunda, notadamente, é a concepção do comunista italiano, Antônio Gramsci, que irá desenvolver um original estudo a partir dos conceitos basilares de Marx, Engels e Lênin, no intuito de pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado, tanto da sociedade italiana quanto das sociedades capitalistas avançadas de seu tempo.

Seguindo esse viés analítico e arcabouço categorial gramsciano, esse estudo busca identificar os elementos que caracterizam a formação do Estado burguês brasileiro como revolução passiva. Associado a isso, também identificar o papel que os intelectuais exercem no processo de dominação, com recorte ao elemento de força e de consenso.

Se observarmos o período da Era Vargas (1930-45) podemos visualizar um processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico. Por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se hegemônicos e se modernizam pela conciliação com a nascente burguesia industrial; por outro lado, as formas produtivas se modernizam com o processo de industrialização, mas mantêm a finalidade de garantir a lucratividade, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores.

As alianças firmadas com os setores de agroexportação possibilitaram a passagem para o capitalismo industrial, marcado pelo fim do período republicano mediante um processo gradual. Desse modo, esse processo possui os traços da revolução passiva, que altera o Estado molecularmente e mantém o equilíbrio das alianças realizadas entre a burguesia industrial e a agroexportadora desde o período do império de forma conservadora.

A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a economia 'reformisticamente' de individualista para economia de segundo plano (economia dirigida) e o advento de uma 'economia média' entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progredidas

¹⁵ Nas notas carcerárias verifica-se que Gramsci não restringe a categoria *revolução passiva* para a explicação do momento da unificação do Estado Italiano e da sua configuração como Estado burguês. Mas, também foi utilizada para esclarecer acontecimentos como o Fascismo e no âmbito da produção como o caso do Americanismo-fordismo.

sem cataclismos radicais destrutivos de forma arrasadora. (DEL ROIO, 2009 *apud* GRAMSCI, 1975, p.1089).

Posteriormente, no CC15 §56, referindo-se ao processo do *Risorgimento* Italiano como uma revolução passiva, Gramsci aponta com um maior detalhamento o processo de mudança molecular, de modo que os protagonistas desse movimento são os fatos e não os homens individuais,

[...] Como sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, CC 15, § 56, p.328)

Gramsci sempre observa na história um momento de propulsão e outro de retração, de modo que na revolução passiva isso é simultâneo e não diacrônico. Ademais, Gramsci faz uma crítica a leitura positiva¹⁶ que se desenvolve em torno da tese da revolução-restauração, porque elimina-se o elemento histórico do movimento dialético.

Do ponto de vista da materialidade que esse processo assume e considerando o movimento dialético da realidade, pode-se dizer que a revolução passiva é um processo de negação da revolução jacobina. De certo modo, põe fim ao movimento de forças sociais revolucionárias e decapta esse segmento do processo revolucionário que toma o poder do Estado.

Como suscetível de interpretação de “[...] qualquer época complexa de transformações históricas”, é imprescindível atentar-se para o elemento histórico do conceito de revolução passiva, considerando-o de modo dialético. Nesse sentido, a revolução passiva não assume um aspecto de programa positivo “[...] mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC 15, §62, p.332).

É preciso levar em conta que o processo político de passivação também é marcadamente uma característica decorrente da formação social brasileira. Essa configuração, do ponto de vista das classes subalternas, é apontada como um fato que se verifica com o movimento de superação de uma fina casta estamental para o patamar de cidadão. Desse modo, não se percebe historicamente a demarcação de uma insurreição popular que possibilite uma ascensão ao poder estatal mediante uma alteração na estrutura das classes sociais, o que acontece, em outros termos é que,

Rompendo a fina casca estamental, o homem possessivo de mercado assume sua irrestrita apetitividade. [...] O homem burguês, no seu perfil clássico, erige-se como a personalidade básica das elites dirigentes. Importa pouco o seu ranço aristocrático, como, de resto,

¹⁶ A essa positivação do conceito de revolução passiva, leitura realizada pelos liberais como o Croce, compreende-se que não está relacionada ao momento do Positivismo nas Ciências, como se pode pensar. O que se coloca é o fato de tal conceito ser interpretado como possibilidade de revolução das classes subalternas.

sucedeu com o exemplo clássico dos aristocratas ingleses nos séculos XVI e XVII (VIANA, 1976, p.92).

No Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia no poder do Estado, o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. No entanto, percebe-se que o progresso aparece como resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Ou seja, “[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagônica.” (DEL ROIO, 2009, p.100)

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa brasileira particulariza-se por ocorrer num país de capitalismo dependente e pelo fato de não seguir uma via clássica, conseqüentemente não se constituiu uma superestrutura política de tipo “liberal-democrática”. Desse modo, percebe-se que a revolução burguesa brasileira, qualificada como uma “revolução passiva” (GRAMSCI, CC 19), é pertinente das economias de capitalismo dependente e periférico, diferente de países que realizaram revoluções do tipo clássicas.

As relações que sustentam a estrutura estatal decorrentes de um movimento de revolução passiva se expressam de forma fragilizada, refletindo nas intervenções que essa instituição pode assumir. Isso é o resultado das alianças forjadas entre as classes hegemônicas, bem como a problemática da unificação dos setores populares por fatores culturais e ideológicos, entre outros, que assim como na Itália, o Brasil passa pela mesma adversidade.

Cabe também fazer um destaque para o caráter tardio em que se realiza a revolução burguesa no Brasil, quando comparada aos países que compõem o núcleo central do capitalismo.

[...] as revoluções burguesas ‘atrasadas’ caracterizam-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação dos setores populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por perpetuar a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada pelas revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem dramaticamente a possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional (SAMPAIO Jr, P. A., 1999, p.71).

Sabe-se que as formações dos Estados nacionais resultantes de uma revolução burguesa não assume uma única fórmula ou postura, esta será correspondente a configuração do movimento impulsionador desse processo. Nesse sentido, reafirma-se o fato de que o caráter da revolução burguesa realizada no Brasil acaba por assumir o papel de reforço da condição de dependência da economia no âmbito internacional.

Assim, no reordenamento da divisão internacional do trabalho, os países da periferia do capitalismo imperialista tendem a integrar uma espécie de corporativismo estatal que impõe a progressão de revoluções passivas. Esse

processo assumiu uma materialização não apenas na Europa, mas também na América Latina, incluindo o Brasil. Espreado-se sobre os países de capitalismo fragilizado,

O corporativismo independente de sua veste fascista, serviu como inspiração em vastas zonas da periferia do imperialismo, nas quais as contradições internas tornaram possível a utilização das contradições presentes no centro imperialista para o desencadeamento de revoluções burguesas sob a forma de revoluções passivas (DEL ROIO, 2009, p.86).

Esse argumento ainda possibilita a compreensão no sentido de que o elemento político está intrinsecamente relacionado ao econômico, no âmbito nacional. Nesse sentido, a ausência da efervescência no sentido da realização de uma revolução burguesa clássica está correlacionada a um desenvolvimento econômico mais fragilizado do ponto de vista das relações de mercado internacionais.

Portanto, essa formação do Estado Burguês no Brasil assumiu contornos particulares, unindo na mesma cena: burguesia agrária e industrial. Combina-se velhos e novos elementos da produção, extinguindo-se a violência física a qual o trabalhador do campo era submetido, a espoliação assume um caráter novo nas bases capitalistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessas aproximações ao objeto que foram supramencionadas, verificamos que o processo de formação de um Estado a partir de uma revolução burguesa que não ocorre de maneira revolucionária, mas ao contrário modernizam-se pelo “alto” – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – Gramsci caracteriza-o como uma revolução passiva.

Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, constituindo a sua hegemonia baseada na força e no consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. Desse modo, a classe dominante desorganiza e absorve continuamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se modernizaram tardiamente, como é o caso do Brasil, não se restringe apenas a Itália.

Apresentados os elementos que possibilitam a compreensão das relações que se desenvolveram no Brasil, do ponto de vista político e econômico, após a constituição do que se nomina de uma classe burguesa interna, é evidente que esses processos assumem uma particularidade. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

O que se evidencia é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma “modernização pelo alto” e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador dos setores subalternos.

Através da unificação entre as velhas e as novas classes burguesas, sem a participação massiva dos subalternos, o elemento insurrecional jacobino foi isento desse processo revolucionário. Simultaneamente, como elemento da revolução passiva, a classe dominante realiza concessões para o atendimento de parte das reivindicações dos subalternos, que resulta no reforço da passivização desses setores, para além da consciência política.

Como resultante desses acontecimentos, a partir de uma pesquisa em Gramsci, considera-se que o movimento dialético entre a inovação e a conservação, bem como a revolução-restauração que foi realizada no Brasil, constitui uma nova identidade nacional. Pois, semelhante à realidade Italiana, os arranjos realizados pelas burguesias internas vigentes forjam o caráter passivo da formação do Estado burguês.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C.N. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In _____ . NOGUEIRA, M.A (Org.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-127

DEL ROIO, Marcos T. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P.; Miler, S. (Orgs.) **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. Araraquara: Junqueira & Marin, Editores; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, E; BOSI, A.P. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Revista Outubro**, [S.l.], n.12, p. 45-69, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 6 v.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NOGUEIRA, A.K. **O transformismo à Brasileira: a hegemonia Lulista em presença**. 2017. 95 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

VIANA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.87-152.